

**Ofício nº 033/2026**

**Franco da Rocha, 14 de maio de 2026.**

Ao Secretário Municipal de Educação, Eduardo Reis.

**Assunto: OFÍCIO / NOTA À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
E À COMUNIDADE ESCOLAR**

O SindServ e os profissionais da educação da rede municipal vêm, por meio deste documento, apresentar os encaminhamentos deliberados em assembleia realizada no dia 13 de maio de 2026, na Câmara Municipal de Franco da Rocha, convocada a partir de demandas apresentadas pela própria categoria.

A presente manifestação também se dirige à comunidade escolar: estudantes, famílias e profissionais da rede, tendo em vista que os apontamentos debatidos impactam diretamente as condições de ensino, aprendizagem, inclusão e funcionamento das unidades escolares do município

No dia 13 de maio de 2026, conforme edital de convocação, ocorreu na Câmara Municipal de Franco da Rocha a Assembleia dos Professores e Profissionais da Educação da rede municipal, convocada a partir de solicitações apresentadas pela própria categoria.

Durante a assembleia, diversos pontos relacionados às condições de trabalho e ao funcionamento das unidades escolares foram debatidos pelos profissionais presentes. Ao longo das discussões, consolidou-se, de forma amplamente majoritária entre os participantes, o entendimento de que se faz necessária a construção de um movimento de

paralisação, diante de situações que vêm impactando diretamente o cotidiano escolar, o trabalho pedagógico e o atendimento às crianças e estudantes da rede.

A categoria reafirma que toda reivindicação apresentada possui relação direta com a qualidade da educação pública, com a valorização dos profissionais e com a garantia de um ambiente escolar adequado ao desenvolvimento educacional e humano dos estudantes.

**Entre os principais pontos debatidos, destacam-se:**

- O não cumprimento recorrente do direito ao 1/3 da jornada destinado às atividades extraclasse (HTPF), previsto na Lei Federal nº 11.738/2008 e na legislação municipal, em razão da ausência de profissionais para cobertura das salas. Professores relatam que, frequentemente, deixam de realizar momentos de planejamento, elaboração de atividades, estudos, registros pedagógicos e correções. Tal descumprimento causa impacto negativo no processo educacional, tendo em vista que esse é o momento destinado à reflexão sobre a prática pedagógica, elaboração de relatórios, preparação de aulas e organização das atividades. Como garantir um trabalho pedagógico de qualidade sem o tempo adequado para planejamento?
- A sobrecarga pedagógica decorrente da ausência de profissionais, situação que gera impactos tanto para os estudantes quanto para os educadores, especialmente quando crianças precisam ser deslocadas de suas turmas de referência (distribuídos em outras salas), rompendo vínculos, rotinas e planejamentos previamente organizados.
- As dificuldades enfrentadas pelos professores módulos, que também relatam não conseguir usufruir integralmente do direito ao 1/3 da jornada, além da ausência de organização territorial adequada para atendimento das unidades escolares, ocasionando deslocamentos excessivos e prejuízos financeiros relacionados à locomoção.
- As preocupações relacionadas ao atendimento educacional dos estudantes público-alvo da educação especial, especialmente diante da insuficiência de profissionais de apoio AAEE frente às demandas existentes nas unidades escolares. Professores e Auxiliares de Apoio Educacional Especializado relatam que o número atual de profissionais não tem sido suficiente para garantir o acompanhamento adequado das crianças, sobretudo nos casos que exigem maior suporte pedagógico, cuidado, mediação e segurança durante a rotina escolar. A categoria aponta que tal cenário vem gerando sobrecarga física e emocional tanto para os profissionais quanto prejuízos ao desenvolvimento e à inclusão

efetiva dos estudantes, tornando necessária a ampliação e reorganização das equipes de apoio nas unidades escolares.

- O aumento de situações de agressões físicas e episódios de desregulação intensa envolvendo estudantes no ambiente escolar, cenário que tem impactado diretamente a segurança física e emocional dos profissionais da educação, dos próprios estudantes e das equipes de apoio. Servidores relatam que tais situações evidenciam a necessidade urgente de fortalecimento das políticas institucionais efetivas de inclusão, ampliação das equipes de apoio especializado, acompanhamento multiprofissional, formação continuada e construção de estratégias pedagógicas e mediadoras que garantam melhores condições de acolhimento, desenvolvimento e convivência escolar para todos os envolvidos.
- A preocupação apresentada pelos Auxiliares de Serviços Escolares (ASE), que relatam que, diante da ausência ou insuficiência de profissionais AAEE nas unidades escolares, acabam assumindo funções diretamente relacionadas ao acompanhamento de estudantes público-alvo da educação especial, atividade para a qual não foram especificamente designados. A categoria aponta que, embora o apoio coletivo aos estudantes faça parte do cotidiano escolar, a substituição recorrente de funções tem gerado sobrecarga, insegurança profissional e dificuldades no atendimento adequado das demandas específicas de inclusão, evidenciando a necessidade de ampliação das equipes especializadas e melhor organização do suporte nas unidades escolares.
- A não concretização de encaminhamentos anteriormente discutidos em mesa de negociação sobre a organização das reuniões da Educação Infantil, de modo a garantir momentos adequados de diálogo entre professores e famílias acerca do desenvolvimento das crianças. Segundo relatos apresentados, os formatos adotados recentemente (especificamente na última reunião de pais) dificultaram atendimentos individualizados e conversas pedagógicas mais efetivas.
- As constantes dificuldades estruturais vivenciadas nas escolas, incluindo insuficiência de materiais pedagógicos básicos, como folhas de sulfite, giz colorido, canetas para quadro branco e equipamentos de impressão, além da ausência de manutenção adequada de ventiladores e outros recursos essenciais ao funcionamento das salas de aula.
- A ausência de uniformidade institucional diante da falta de professores nas unidades escolares. Enquanto algumas equipes gestoras assumem temporariamente o acompanhamento das turmas para minimizar impactos pedagógicos, outras relatam impossibilidade de atuação nessas situações, gerando insegurança, sobrecarga das equipes e diferentes encaminhamentos dentro da própria rede municipal.

- O descontentamento da categoria diante da ausência de informações e encaminhamentos relacionados ao Prêmio Relevância, à evolução automática por antiguidade e do aumento real do vale-alimentação, pautas debatidas há mais de um ano; e à revisão do Estatuto dos Servidores da Educação, temas que, segundo os profissionais, deveriam ser debatidos de forma mais ampla com a base da categoria, principalmente no que trata de concurso para gestores.
- As críticas relacionadas aos formatos de determinadas formações (especificamente de formadores 'de fora') oferecidas à rede, apontando a necessidade de que os momentos formativos estejam mais alinhados às demandas pedagógicas reais do cotidiano escolar e às necessidades concretas dos profissionais da educação.

A categoria ressalta que muitos desses apontamentos vêm sendo apresentados reiteradamente em reuniões, mesas de negociação e espaços institucionais de diálogo. Contudo, os profissionais manifestam preocupação diante da ausência de encaminhamentos concretos e soluções efetivas para problemas que permanecem afetando diretamente o funcionamento das escolas.

Diante desse cenário, os profissionais presentes deliberaram, de forma unânime entre os participantes da assembleia, **pela realização de uma paralisação da educação no dia 20 de maio de 2026**, como forma de chamar atenção do poder público e da comunidade para as condições enfrentadas no cotidiano escolar e para a urgência de medidas efetivas que garantam melhores condições de trabalho, valorização profissional e qualidade no atendimento educacional oferecido às crianças e estudantes da rede municipal.

A categoria reforça que o movimento não possui caráter de enfrentamento à comunidade escolar, mas de defesa da educação pública, dos estudantes, das famílias e dos profissionais que sustentam diariamente o funcionamento das escolas. **Os profissionais da educação compreendem que não é possível discutir qualidade educacional, metas, índices e avanços na aprendizagem sem enfrentar, de forma séria, as condições concretas vividas no cotidiano escolar. Valorizar a educação também significa garantir estrutura adequada, equipes suficientes, tempo de planejamento, segurança, inclusão efetiva e condições reais para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça com qualidade, responsabilidade e dignidade para todos os envolvidos.**



Presidente do SindServ  
Marcela R Nascimento Souza